

# Banco CTT UL Rendimento Europa – agosto 2022

## Condições Pré-contratuais

A Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A. (Zurich Vida), sociedade anónima, entidade legalmente autorizada a exercer a atividade seguradora no Ramo Vida, registada junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões sob o número 1132, com sede em Portugal, na Rua Barata Salgueiro, 41 – 1269-058 Lisboa, comercializa a solução **Banco CTT UL Rendimento Europa – agosto 2022**, uma solução de seguro de vida individual, ligado a fundos de investimento (unit-linked), cujas características se apresentam nas seguintes Condições Pré-Contratuais:

### Cláusula 1ª Garantias

A solução **Banco CTT UL Rendimento Europa – agosto 2022** não tem rendimento mínimo garantido nem garantia de capital, pelo que, mediante as condições de mercado, os Tomadores do Seguro poderão perder o seu capital investido.

Em caso de Vida da Pessoa Segura no termo do contrato, a Zurich Vida efetuará o pagamento do Valor de Referência nessa data

Em caso de Morte da Pessoa Segura antes do final do contrato, a Zurich Vida efetuará o pagamento do Valor de Referência calculado à data do falecimento, se esta for comunicada até 30 dias após a sua ocorrência, caso contrário, o Valor de Referência será calculado utilizando a cotação da unidade de participação no 2º dia útil após a data de participação do falecimento.

Entende-se por “Valor de Referência” em cada momento, o valor resultante do produto do número de unidades de participação do Fundo Autónomo afeto a este produto pelo valor da respetiva Unidade de Participação nessa data.

Diariamente é calculado o valor de referência da Unidade de Participação que resultar da valorização dos ativos subjacentes definidos na Cláusula 5.ª.

### Cláusula 2ª Dever de informação do Tomador do Seguro ou Pessoa Segura

O Tomador do Seguro e/ou a Pessoa Segura estão obrigados, sempre que solicitado, antes da celebração do contrato, de qualquer alteração ou entrega, a cumprir o dever de identificação dos intervenientes no contrato e a prestar todas as informações necessárias à completa avaliação da operação em causa.

### Cláusula 3ª Prémios e modalidade de pagamento

O prémio é definido pelo Tomador do Seguro e devido antecipadamente, por uma só vez, no valor mínimo de 2.500,00€.

Não são permitidos prémios suplementares.

A aceitação do prémio único fica sujeita à análise e decisão discricionária por parte da Zurich, a qual reserva o direito de não aceitar o prémio proposto, sendo nessa situação informado o Tomador do Seguro.

O pagamento do prémio único será feito pelo Tomador do Seguro, até à data de vencimento do recibo, através de débito direto em conta bancária titulada pelo Tomador do Seguro sediada em entidade financeira autorizada a operar em Portugal, de acordo com o sistema SEPA em vigor no momento de subscrição, sendo o mesmo convertido em Unidades de Participação do Fundo Autónomo, UL Rendimento Europa 0822 deste seguro. Para este efeito é necessário o preenchimento de uma Autorização de Débito em Conta.

O número de Unidades de Participação subscritas será igual ao número de unidades que resulte da divisão do valor do prémio liquidado e o valor unitário das Unidades de Participação na data de início do contrato indicada na Cláusula 12ª.

O valor unitário das Unidades de Participação será apurado diariamente tendo por base o valor de mercado dos ativos que compõe o Fundo.

#### **Cláusula 4º** **Fundos Autónomos Disponíveis**

O investimento dos prémios será realizado num só Fundo Autónomo, denominado **UL Rendimento Europa 0822**, e destina-se ao investidor com Perfil de Risco maior ou igual a 3, (de acordo com o perfil de risco do investidor definido pelo respetivo “Teste de Apreciação sobre o Carater Adequado do Produto ao Cliente”), com moderada tolerância ao risco.

No entanto, não obstante o Perfil de Risco 3, este produto destina-se ao investidor com total capacidade para assumir o risco de investimento, isto é, com capacidade para suportar e assumir potenciais perdas de parte ou da totalidade do capital investido.

#### **Cláusula 5ª** **Natureza e Regras para a Formação da Carteira de Investimento dos Ativos Representativos das Provisões Matemáticas do Fundo Autónomo**

O Fundo Autónomo, UL Rendimento Europa 0822, que compõe este contrato, é composto unicamente por uma obrigação estruturada (a “Nota Estruturada”) desenvolvida pelo Banco Bilbao e Viscaya Argenteria, S. A. (“BBVA”), a qual é emitida por uma entidade especializada (Douro Finance B V.), assumindo a mesma todas as obrigações de pagamento em relação à Nota Estruturada (ISIN XS 2500207597).

O pagamento do cupão da Nota Estruturada e o respetivo reembolso de capital, refletem-se no Banco CTT UL Rendimento Europa – agosto 2022 da seguinte forma:

- Rendimento anual fixo de 1,9% líquido de comissões, mas bruto de impostos, calculado sobre o prémio inicial a partir da primeira anuidade líquido de eventuais resgates parciais ocorridos;

Datas de referência: 30.09.2023, 30.09.2024, 30.09.2025, 30.09.2026.

- O capital investido será reembolsado na totalidade, líquido de eventuais resgates parciais ocorridos durante a vigência do contrato, sujeito ao bom cumprimento das obrigações da República de Itália.

Esta Nota Estruturada paga anualmente, 10 dias úteis após as Datas de Referência acima indicadas.

O Tomador do Seguro estará sujeito ao risco de cumprimento do emitente da Nota Estruturada (Douro Finance B. V.), bem como dos ativos subjacentes da Nota Estruturada, nomeadamente o cumprimento por parte da República de Itália das obrigações soberanas por si emitidas.

Nesse sentido, no final do contrato o(s) beneficiário(s) da apólice receberá(ão) o valor do prémio pago, líquido de eventuais resgates parciais que tenham ocorrido durante a vigência do contrato, a menos de incumprimento do emitente da Nota Estruturada (Douro Finance B. V.) e/ou da dívida pública italiana (República de Itália, na qualidade de emitente dos títulos de dívida com o código ISIN IT0004735152). A liquidação anual do cupão acima indicado será efetuada para o IBAN indicado na proposta de seguro. O valor do cupão a liquidar anualmente é considerado rendimento de Categoria E, como tal sujeito à taxa liberatória legalmente em vigor no ano da liquidação.

Na composição do Fundo Autónomo serão sempre cumpridas as normas legais e regulamentares em vigor em cada momento.

Este produto pode implicar a perda de parte ou da totalidade do capital investido podendo proporcionar rendimento nulo ou negativo, não dispondo de garantia de capital nem garantia de rendimento.

Os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Para além do anteriormente exposto este produto não visa a aplicação de uma percentagem mínima em investimentos sustentáveis, nem considera os principais impactos negativos sobre os fatores de sustentabilidade.

### **Cláusula 6ª** **Encargos**

Serão suportados pelo Tomador do Seguro todos os encargos de natureza fiscal inerentes ao contrato e os demais custos legal ou contratualmente exigíveis indicados nas Condições Particulares.

Não existe encargo de subscrição.

Os encargos de gestão correspondem a 1,0271% ao ano sobre o valor do Fundo.

Sobre os resgates parciais e totais incide o encargo de 1% sobre o valor resgatado, se resgate ocorrer durante o primeiro ano de vigência do contrato. Após este período não existe qualquer encargo sobre os resgates.

Os custos associados à gestão da carteira de ativos, subjacentes ao Fundo Autónomo, encontram-se indicados no Documento de Informação Fundamental (DIF).

### **Cláusula 7ª** **Participação nos Resultados**

Esta solução não confere direito a Participação nos Resultados. O valor dos rendimentos está incorporado no valor da Unidade de Participação.

O Fundo Autónomo abrangido pelo contrato será constituído pelos ativos indicados na Cláusula 5ª.

## **Cláusula 8ª**

### **Consequências da falta de pagamento dos prémios e redução do contrato**

Se o pagamento do prémio contratado não for efetuado até à data de vencimento do respetivo recibo, a Zurich Vida, após comunicação ao Tomador do Seguro, procederá à resolução do contrato ficando o mesmo anulado e sem efeito desde o seu início.

## **Cláusula 9ª**

### **Beneficiários**

Os beneficiários do contrato de seguro são nomeados pelo Tomador do Seguro que os poderá alterar em qualquer momento da vigência do mesmo, sempre com o acordo expresso da Pessoa Segura.

Caso os beneficiários não sejam os herdeiros legais, devem ser fornecidos os elementos que os identifiquem, designadamente o nome ou a designação, completos, a morada e os números de identificação civil e fiscal.

Qualquer alteração dos beneficiários do contrato constará, obrigatoriamente, das Condições Particulares. Tal alteração só é válida desde que comunicada à Zurich através da plataforma e meios disponibilizados para tal.

Esta solução não contempla a irrevogabilidade do beneficiário.

## **Cláusula 10ª**

### **Resgate Total do contrato**

O contrato adquire Valor de Resgate após a efetiva liquidação do prémio contratado.

A data de solicitação do resgate é considerada a data do segundo dia útil após a receção pela Zurich do respetivo pedido, sem prejuízo de qualquer outra data, posterior, que seja solicitada pelo Tomador do Seguro.

O Valor de Resgate é calculado com referência ao momento da sua solicitação e posto à disposição num prazo não superior a oito dias úteis após a receção dos documentos necessários ao seu pagamento, decorrido o qual, caso a dilação do mesmo seja imputável à Zurich, o capital será aumentado, proporcionalmente ao período de mora em causa, com base na taxa de juro de mora em vigor nessa data.

O Valor do Resgate Total será igual ao Valor de Referência no 2º dia útil após a data da solicitação, deduzido de uma taxa de 1% sobre o valor resgatado se este ocorrer durante o primeiro ano de vigência do contrato. Não haverá lugar a qualquer penalização após este período.

O Resgate Total produz a anulação do contrato de seguro ficando o mesmo sem efeito desde a data em que foi solicitado.

## **Cláusula 11ª**

### **Resgate Parcial do contrato**

Desde que o contrato tenha adquirido Valor de Resgate, a Zurich procederá, a pedido do Tomador do Seguro, a resgates parciais, até 90% do número das unidades detidas.

O Valor do Resgate Parcial será igual ao Valor de Referência no 2º dia útil após a data da solicitação, deduzido de uma taxa de 1% sobre o valor resgatado se este ocorrer durante o primeiro ano de vigência do contrato. Não haverá lugar a qualquer penalização após este período.

O valor do resgate parcial é colocado à disposição num prazo não superior a oito dias úteis após a receção dos documentos necessários ao seu pagamento, decorrido o qual, caso a dilação do mesmo seja imputável à Zurich, o capital será aumentado, proporcionalmente ao período de mora em causa, com base na taxa de juro de mora em vigor nessa data.

### **Cláusula 12ª** **Início e duração do contrato e livre resolução**

A subscrição deste contrato decorre no período compreendido entre 18 de julho de 2022 e 22 de agosto de 2022, inclusive, podendo cessar antecipadamente, em função do volume de subscrições.

O presente contrato tem início às zero horas do dia 31 de agosto de 2022 e termina a 30 de setembro de 2026, o que corresponde ao prazo de 4 anos e 30 dias, independentemente da data de subscrição.

O Tomador do Seguro, desde que não seja uma pessoa coletiva, dispõe de um prazo de trinta dias, a contar da receção da Apólice, para, através de documento escrito, resolver o contrato sem invocar justa causa, ficando o contrato sem efeito desde o seu início e a Zurich com o direito de ser reembolsada dos custos de desinvestimento que tiver suportado, bem como do custo da apólice se for caso disso.

### **Cláusula 13ª** **Regime de transmissão do contrato**

O Tomador do Seguro, não sendo Pessoa Segura e cumprindo as formalidades definidas no contrato, pode transmitir a sua posição contratual a um terceiro, que assim fica na posse de todos os direitos e deveres que correspondiam àquele perante o segurador.

### **Cláusula 14ª** **Opções na liquidação das importâncias seguras**

Consoante a opção do beneficiário do contrato, a Zurich poderá efetuar o pagamento das importâncias seguras pelas seguintes formas:

- a)** Pagamento único;
- b)** Aplicação das importâncias em qualquer produto comercializado pela Zurich à data da liquidação;
- c)** Qualquer composição das modalidades anteriores

A liquidação das importâncias seguras aos Beneficiários da Apólice será sempre efetuada por transferência bancária para conta titulada pelo beneficiário, em entidade financeira presente no país ou jurisdição da sua residência fiscal ou no mesmo país ou jurisdição do Tomador do Seguro, ou sob forma de cheque traçado e não endossável.

### **Cláusula 15ª** **Regime Fiscal**

O contrato de seguro ficará sujeito ao regime fiscal previsto na lei, não recaindo sobre a Zurich qualquer ónus, encargo ou responsabilidade em consequência de alteração legislativa.

Caso o Tomador do Seguro e/ou a Pessoa Segura, durante a vigência da apólice, mude a sua residência para outro país ou altere a informação anteriormente prestada sobre os países onde é contribuinte fiscal, deverá notificar a Zurich de tal alteração com uma antecedência mínima de 60 dias antes da sua ocorrência. Caso a Zurich considere que a alteração de residência ou de reporte fiscal pode afetar a sua capacidade de manter em vigor as condições do contrato de seguro, a Zurich reserva-se ao direito de proceder a alterações nas condições do contrato de seguro que se julguem necessárias ou a proceder à resolução do contrato de seguro com um pré-aviso de 30 dias.

### **Cláusula 16ª**

#### **Integração dos Riscos em Matéria de Sustentabilidade**

Nos termos do Artigo 2.º, parágrafo 22 do Regulamento (UE) 2019/2088, risco de sustentabilidade define-se como qualquer evento ou condição ambiental, social ou de governação ("ASG") que, se ocorresse, poderia causar um impacto negativo material no valor de investimento de um produto financeiro.

Para mitigar uma eventual diminuição da rentabilidade dos investimentos que possa ocorrer em consequência de algum risco de sustentabilidade, a Zurich Vida possui uma política de integração de riscos de sustentabilidade (disponível no site da Zurich Portugal em [www.zurichportugal.com.pt](http://www.zurichportugal.com.pt)) um sistema de governação e procedimentos para detetar, analisar e monitorizar os referidos riscos no processo de tomada de decisão de investimento.

A avaliação destes riscos consiste, por um lado, na análise quantitativa baseada, principalmente, na qualificação (rating) ASG e alertas reputacionais, e por outro lado, na análise qualitativa das ações necessárias à sua mitigação.

Como resultado desta avaliação, considera-se que os riscos de sustentabilidade não têm nenhum efeito material na rentabilidade dos investimentos. Assim, atendendo à dimensão e à pouca materialidade destes riscos, a Zurich Vida informa que não tem em conta as incidências adversas das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade.

### **Cláusula 17ª**

#### **Regimes Legais de Comunicação e Troca obrigatória e Automática de Informação Financeira**

O contrato encontrar-se-á sujeito aos regimes legais de comunicação e troca obrigatória e automática de informação financeira no âmbito de diversos mecanismos de cooperação internacional e de combate à evasão fiscal. Neste enquadramento, a Zurich encontra-se obrigada a desenvolver diligências para identificar a(s) residência(s) fiscal(ais) dos intervenientes no contrato, pessoas singulares ou coletivas, com direito a aceder ao valor resultante do saldo do contrato, com poderes para alterar os beneficiários do contrato ou com direito a receber qualquer outro pagamento nos termos do contrato.

A identificação dos intervenientes no contrato é efetuada aquando da contratação, através do preenchimento integral da proposta de seguro, e ao longo da vida do contrato. Sempre que solicitado pela Zurich, os intervenientes do contrato devem efetuar de forma precisa a declaração sobre a sua residência fiscal (autocertificação). Tais dados destinam-se a ser comunicados à(s) autoridade(s) fiscal(ais) competente(s) do(s) país(es) de residência fiscal do(s) titular(es) dos dados.

Consoante aplicável, a Zurich encontra-se obrigada a reportar dados de identificação dos intervenientes no contrato, bem como dados do contrato à Autoridade Tributária e Aduaneira.

O Tomador do Seguro encontra-se obrigado a comunicar à Zurich quaisquer alterações relativas à identificação dos intervenientes no contrato, nomeadamente a aquisição do estatuto de contribuinte no estrangeiro. Neste caso, o Tomador do Seguro deve fornecer à Zurich todos os elementos que lhe sejam solicitados.

A Zurich pode, em qualquer momento, solicitar a atualização dos dados dos intervenientes no contrato, caso verifique a existência de informação que os relacione com um país estrangeiro, designadamente indícios de nacionalidade, naturalidade, morada, morada de correspondência, endereço de email ou número de telefone estrangeiros. Caso não sejam fornecidos os elementos solicitados no prazo de 90 dias a contar da data do pedido da Zurich, será o contrato tratado como sendo sujeito a comunicação.

Considerando que o presente regime legal e a respetiva interpretação não são estáticos, podendo ser alterados a qualquer momento, a Zurich reserva-se ao direito de solicitar documentação adicional ao Tomador do Seguro e/ou apresentar-lhe uma proposta de modificação do contrato com vista a conformar o mesmo com as alterações legais ou regulamentares, novas leis ou regulamentos ou a nova interpretação dada às mesmas.

### **Cláusula 18ª** **Sanções Económicas e Comerciais**

Todas as transações financeiras estão sujeitas ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis às sanções económicas e comerciais em vigor no ordenamento jurídico português.

A Zurich não presta qualquer serviço incluindo, mas não exclusivamente, a aceitação de pagamentos de prémios, pagamentos de sinistros e outros reembolsos, se ao fazê-lo estiver a violar alguma lei ou regulamento aplicável às sanções económicas e comerciais em vigor no ordenamento jurídico português.

A Zurich reserva-se ao direito de resolver o presente contrato, se considerar que o Tomador do Seguro e/ou Pessoa Segura são consideradas pessoas sancionadas, ou caso o objeto se torne impossível de acordo com as leis e regulamentos aplicados às sanções económicas e comerciais em vigor no ordenamento jurídico português.

### **Cláusula 19ª** **Reclamações e arbitragem**

Podem ser apresentadas reclamações no âmbito do presente contrato aos serviços da Zurich – Companhia de Seguros Vida, S.A. assim como à ASF- Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ([www.asf.com.pt](http://www.asf.com.pt)).

Nos litígios surgidos ao abrigo deste contrato pode haver recurso à arbitragem, a efetuar nos termos da Lei.

O Centro de Resolução Alternativo de Litígios (RAL) especializado no setor Segurador é o CIMPAS - Centro de Informação, Mediação e Provedoria de Seguros (disponível em [www.cimpas.pt](http://www.cimpas.pt)).

Com exceção dos casos em que seja legalmente obrigatório, o recurso da Zurich – Companhia de Seguros Vida S.A. à arbitragem ou qualquer outro mecanismo alternativo de litígios de consumo será efetuado numa base casuística e em função das matérias envolvidas em cada litígio em concreto.

### **Cláusula 20ª** **Regime relativo à lei aplicável**

A lei aplicável à solução **Banco CTT UL Rendimento Europa – agosto 2022** é a Portuguesa.

Caso ocorram alterações legislativas e regulamentares que sejam aplicáveis ao presente contrato, considerando a Zurich que não é possível a manutenção da execução mesmo sem que tal cause efeitos

adversos materiais, ainda que potenciais, a Zurich reserva-se ao direito de modificar as condições do contrato que se julguem necessárias ou a proceder à resolução do mesmo mediante pré-aviso.

### **Cláusula 21ª**

#### **Relatório sobre a solvência e a situação financeira**

O relatório sobre a solvência e a situação financeira da Zurich será anualmente publicado na internet no sítio da Zurich Portugal.